

Aprovados incentivos para viabilizar Copa e Olimpíadas

Genaldo Magalhães/Senado Federal



Líder do governo Romero Jucá, no centro do Plenário: uma das medidas aprovadas concede isenção fiscal para construção, ampliação ou modernização de estádios

As medidas provisórias votadas ontem permitem que estados e municípios elevem o seu endividamento e tomem empréstimos para financiar obras de infraestrutura

O Senado aprovou ontem duas medidas provisórias que criam isenções fiscais e permitem aumento do endividamento de estados e municípios nos projetos e obras ligados aos grandes eventos esportivos internacionais dos próximos anos (Copa de 2014 e Jogos

Olímpicos de 2016, entre outros). Pela MP, os novos financiamentos a ser obtidos pelas cidades onde serão realizadas partidas só poderão ser usados para obras diretamente relacionadas à Copa, inclusive, graças a uma emenda, para obras de saneamento básico e de transporte urbano. 5

CMO analisa 32 obras com indícios de irregularidade 4

Saúde pede R\$ 6 bilhões a mais em verbas para 2011 4



Valter Pereira (E) e Sarney com o relatório do CPC, observados por Antônio Carlos Valadares e o ministro Luiz Fux

José Cruz/Senado Federal

Proposta de novo CPC chega após amplo debate

Relator da comissão especial que analisa a modernização do Código de Processo Civil, Valter Pereira incluiu em sua proposta modificações sugeridas pela sociedade durante audiências públicas. 2

Combate ao crack ganha mais recursos 5

Bolsa Família maior em caso de doença 7

CCT vota pacote de regras eleitorais 8



Henrique Meirelles (E) na audiência do Senado, com a presença de Garibaldi Alves, ACM Júnior e da presidente da Caixa, Maria Fernanda Coelho

J. Freitas/Senado Federal

Nem BC nem Caixa veem prejuízo com Panamericano

Em debate no Senado, Henrique Meirelles diz que Banco Central agiu rápido para evitar prejuízos aos cofres públicos. Presidente da Caixa garante que compra foi bom negócio. 3

Comissões debaterão desempenho do BNDES 3

Plenário aprova seis embaixadores e CRE, dois 6

Relator da comissão especial que analisa novo texto do Código de Processo Civil diz que nunca na história um código jurídico passou por tamanha consulta popular

Valter Pereira apresenta proposta de reforma do CPC

O SENADOR VALTER Pereira (PMDB-MS) apresentou ontem seu relatório à comissão especial que analisa o projeto de novo Código de Processo Civil (CPC). O texto mantém as linhas gerais da proposta original (PLC 166/10), produzida por uma comissão de juristas a pedido do presidente do Senado, José Sarney.

O principal objetivo das mudanças no atual CPC, em vigor desde 1973, é enfrentar a morosidade na tramitação das ações na Justiça. Para isso, o projeto inclui regras para simplificar os processos e reduzir a possibilidade de recursos.

Valter Pereira destacou que a elaboração do texto foi precedida por amplo debate com os segmentos que atuam no campo jurídico. Na fase de consulta, observou, foram realizadas dez audiências públicas e aproveita-

das contribuições de 106 notas técnicas encaminhadas à comissão e de mais de 800 propostas sobre pontos específicos, sendo 664 sugestões populares colhidas pela internet.

– Jamais na história um projeto de código passou por tamanha consulta popular. Nunca um código foi construído de maneira tão aberta. Do cidadão mais simples ao mais prestigiado e culto jurista, todos puderam opinar – disse o relator, destacando em seguida que este será o primeiro código jurídico do país integralmente construído em tempos de democracia.

Demandas de massa

Para reduzir o tempo de solução dos processos, uma das maiores inovações é o instrumento denominado incidente de demandas repetitivas. Com ele,

o que for decidido por tribunal superior num processo específico será aplicado nacionalmente, nas instâncias inferiores, a todas as causas com o mesmo objetivo.

O substitutivo manteve ainda a garantia de que, nos processos de conciliação, para solucionar conflitos sem a necessidade de disputa judicial, o papel de mediador possa ser exercido por profissionais de qualquer área.

Valter Pereira fez alterações no texto original para resolver pontos que se revelaram controversos durante as consultas públicas. Saíram do texto, por exemplo, dispositivos que permitiam aos juízes adaptarem as fases e atos do processo, como a produção de provas e a realização de audiências. Para segmentos da advocacia, isso levaria os juízes a criar situações inesperadas e gerar insegurança jurídica.

Senado quer modernizar Lei de Execução Penal, diz Sarney

O presidente José Sarney anunciou ontem que pretende criar uma comissão para reformar a Lei de Execução Penal. Atualmente, a Casa já trabalha nas reformas dos códigos Eleitoral e de processos Civil e Penal.

– Estamos caminhando bem nas reformas dos códigos. Quero ver se ainda dá tempo de pelo menos instalarmos uma comissão para reformar a Lei de Execução Penal.

Sarney participou ontem da

reunião em que o senador Valter Pereira apresentou a proposta do novo CPC (veja à esquerda). Já o projeto de reforma do Código de Processo Penal (CPP) passou pelo segundo turno de discussões na terça-feira. A reforma do Código Eleitoral ainda está sendo estudada por uma comissão de juristas. Sarney lembrou que a reforma dos códigos processuais contribuirá para reduzir a morosidade da Justiça brasileira.

Fórum Nacional de Polícia Legislativa começa na segunda

O 1º Fórum Nacional de Polícia Legislativa – “Garantindo a Independência do Poder Legislativo” ocorrerá no Senado entre segunda e quarta-feira. O evento tem como objetivo debater o papel dessas polícias que, por lei, podem ser constituídas

pelo Senado, pela Câmara e pelas assembleias legislativas estaduais. Será no auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

Mais informações sobre inscrição e programação no endereço www.senado.gov.br/forumpoliciaslegislativas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem à associação psicanalítica

14h O início da sessão será para comemorar o centenário da Associação Psicanalítica Internacional. A pauta está trancada pela Medida Provisória 495/10, que altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) para priorizar bens e serviços produzidos no país.

Presidência Reunião da Mesa diretora

11h O presidente do Senado comanda hoje reunião da Mesa diretora, na Sala de Audiências da Presidência. Às 16h, o senador José Sarney dirige, em Plenário, as votações da ordem do dia.

Secs Oficina de mídias sociais

9h A Secretaria Especial de Comunicação Social promove oficina de mídias sociais e webjornalismo, destinada ao treinamento de servidores.

CMA Posições brasileiras na COP-16

9h30 Os compromissos que serão assumidos pelo governo brasileiro durante a 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-16), no México, são tema de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

CRE Indicações de dois embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa a indicação de Piragibe dos Santos Tarragô para embaixador no Canadá e de Antonio Lisboa Mena Gonçalves para a Colômbia.

CMO Dnit e Valec explicam obras

10h O Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras com Indícios de Irregularidades Graves ouviu representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias.

Congresso Verba suplementar

12h Congresso vota projetos que liberam crédito orçamentário suplementar em favor de órgãos do Executivo.

CPI da Pedofilia Depoimento de juiz

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia ouviu o depoimento de Antônio Carlos Branquinho, juiz aposentado do Trabalho em Tefé (AM), acusado de crimes sexuais contra adolescentes.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Valter Pereira (E), José Sarney, Antônio Carlos Valadares e o ministro Luiz Fux, que presidiu a comissão de juristas

Juristas e parlamentares rebatem críticas

A reunião de leitura do relatório ao projeto de novo Código de Processo Civil (CPC) foi marcada por condenações a críticas feitas ao conteúdo da proposta. Parte substancial dessas críticas partiu da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e seria dirigida a um excesso de poder conferido aos juízes no projeto de novo código.

O relator, Valter Pereira (PMDB-MS), e os profissionais da área repeliram afirmações como a de que o projeto (PLS 166/10) não teria sido suficientemente debatido com a sociedade. Eles repudiaram o questionamento sobre a necessidade de reforma do atual CPC, de 1973. Segundo

Valter Pereira, nunca uma legislação infraconstitucional do país envolveu tanta discussão.

– Quem quis falar foi ouvido, e, o que é o principal, a ponderação de todos, na medida do possível, foi efetivamente considerada – disse.

Apesar do grande número de propostas recebidas, o relator observou que nenhuma questionava a estrutura e as linhas gerais do projeto. Já o vice-presidente da comissão especial temporária de senadores que analisa o projeto, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), reafirmou que todos os segmentos foram ouvidos.

O ministro Luiz Fux, do Supe-

rior Tribunal de Justiça (STJ), que presidiu a comissão de juristas, atribuiu as críticas a um “não li e não gostei”. O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Mozart Valadares, disse que a proposta pode ser considerada como “de toda a nação brasileira”, enquanto o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, observou que as inovações geralmente enfrentam resistências. Por sua vez, o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Bechara, observou que “eventuais arestas” poderão ser ajustadas na tramitação do projeto.

Paraná pede apoio do Senado para liberar verba

O governador do Paraná, Orlando Pessuti (PMDB), pediu ontem ao presidente José Sarney apoio do Senado para articular a liberação de parte dos R\$ 450 milhões do superávit da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) para o Tesouro do estado.

De acordo com Pessuti, a legislação atual prevê que os recursos da Appa, que é uma autarquia pública, devem ser aplicados exclusivamente em

obras de infraestrutura do porto. O governo do Paraná pleiteia junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que esse capital também seja empregado em obras de infraestrutura da região portuária.

– É uma visita que traz a nós a perspectiva de conquistarmos mais agilidade na emissão de documentos que possam permitir termos uma melhor infraestrutura portuária

no estado – declarou o governador.

Pessuti apresentou ainda a necessidade de liberação de recursos para a educação e a saúde no Paraná, já previstos no Orçamento da União.

– Precisamos conseguir essa liberação junto Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde o mais rápido possível para que possamos construir escolas e cumprir nossas obrigações na saúde – destacou.

Não houve corrida bancária, contaminação de outras instituições financeiras ou gasto público, justificou no Senado o presidente do Banco Central



Meirelles falou antes da audiência e avaliou seus oito anos à frente do BC

Ao confirmar saída, presidente do Banco Central enaltece governo

Antes da audiência pública sobre a compra do Banco Panamericano, o presidente do BC, Henrique Meirelles, falou sobre sua saída da instituição e disse que o atual governo mudou a face do país, listando como conquistas o controle da inflação e a redução na taxa de juros.

Meirelles não permanecerá no comando da instituição na gestão Dilma Rouseff, que começa em 1º de janeiro. Para o seu lugar já foi anunciado o nome do atual diretor de Normas da instituição, Alexandre Tombini.

– O Brasil hoje é um país que tem respeitabilidade internacional. As regras da boa prática de governança indicam que o presidente do Banco Central não deve ficar mais que dois mandatos no cargo. Assim, esse é o momento adequado para encerrar minha missão – acrescentou.

Henrique Meirelles se disse “feliz e gratificado” por ter concluído “um ciclo de sucesso” na instituição. Sobre a ameaça de deixar o comando do BC em 2005 e março passado, afirmou ter tomado a decisão consciente de ficar por ainda não ter encerrado sua missão.

Meirelles também revelou ontem no Senado que recebeu da área técnica do BC um estudo com sugestões para reformular a fiscalização bancária. Ele não quis dar detalhes sobre as sugestões que lhe foram encaminhadas.

Durante a audiência pública promovida pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, vários senadores da oposição questionaram o presidente do BC sobre possíveis falhas no sistema de monitoramento das operações e dos balanços de bancos.

Meirelles: BC evitou prejuízo a credores do Panamericano

O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Henrique Meirelles, afirmou ontem que a instituição agiu a tempo de evitar prejuízos aos depositantes, investidores e demais credores do Banco Panamericano. A regularização dos problemas foi feita com observância às leis e normas em vigor, disse ele. Técnicos do BC apontaram um rombo de R\$ 2,5 bilhões no Panamericano, uma das empresas do Grupo Silvio Santos.

Meirelles discutiu o assunto em audiência pública nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Ele disse que o BC identificou inconsistências nos registros contábeis e determinou ao responsável legal pelo Panamericano imediata recomposição da situação patrimonial da instituição. O presidente do BC ressal-

tou não ser comum a autoridade de supervisão financeira de um país detectar problemas internos de instituições sob responsabilidade do controlador.

– Não houve corrida bancária nem reflexos negativos para as demais instituições financeiras. Não houve dispêndio de recursos públicos e a atuação do BC aconteceu em prazos bem inferiores aos regulamentares – observou.

Ilícitos penais

Henrique Meirelles explicou que parecer da Procuradoria-Geral do Banco Central concluiu que foi adequada a atuação da área de supervisão do BC quanto às medidas adotadas. Em obediência às recomendações de notas jurídicas, o BC comunicou os fatos ao Ministério Público, com informações e documentos, para

apuração de indícios de ilícitos penais eventualmente praticados pelos administradores do Panamericano ou pela empresa de auditoria independente. Também instaurou processo administrativo punitivo para apurar responsabilidades.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Aloizio Mercadante (PT-SP) questionaram os mecanismos de fiscalização e auditoria do BC sobre o sistema financeiro. Meirelles afirmou que, especialmente após a crise financeira internacional de 2008, os instrumentos de fiscalização têm sido bastante aperfeiçoados. No entanto, acrescentou, não é viável a criação de um sistema de auditoria com recursos públicos, uma vez que isso tornaria o governo responsável pelo sistema financeiro, aumentando riscos.



Ao lado dos senadores Antonio Carlos Júnior e Garibaldi Alves, presidente da Caixa defende a aquisição do banco

CCJ vai debater atuação do BNDES e faixas de fronteira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) para realização de audiência pública para debater o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A audiência, que ouvirá o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, será em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com Mercadante, o debate acontecerá no dia 8 de dezembro.

Foi aprovado também requerimento do líder do governo,

Romero Jucá (PMDB-RR), para debate sobre o projeto que facilita a ratificação dos títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira.

Apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e modificado pelo relator Augusto Botelho (sem partido-RR), o PLS 93/07 foi incluído na pauta da CCJ no início deste mês, mas não há acordo para votação. Deverão ser convidados representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Casa Civil e do Exército, Incra, Secretaria do Patrimônio da União e Advocacia-Geral da União.

Cavalcanti celebra melhor distribuição de renda no país

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) enfatizou ontem o crescimento da economia e a distribuição de renda nos últimos anos e afirmou que a região Nordeste e a Paraíba foram beneficiadas pelo “feliz binômio crescimento-distribuição”.

Ele disse que o número de miseráveis – pessoas que vivem com menos de R\$ 137 por mês – caiu de 50 milhões para 30 milhões, desde 2003. Tal decréscimo,



Cavalcanti registra queda no número de miseráveis do país desde 2003

assinalou, é fruto das políticas de distribuição de renda e de geração de emprego adotadas pelo governo federal.

Caixa afirma que pagou “um valor justo”

A presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho, disse ontem aos senadores que não considera que o banco tenha tido prejuízo na compra do Panamericano.

– A Caixa acredita que seguiu as melhores práticas de mercado para fazer a compra e pagou um valor justo – comentou a presidente.

Segundo Maria Fernanda, estudos internos apontaram o Panamericano como a instituição com “maior sinergia” com a Caixa, que pretendia estender sua atuação entre clientes de baixa renda e nos ramos de aquisição de bens e veículos e de arrendamento mercantil, segmentos onde o banco de Silvio Santos teria

muita experiência.

A contratação do Banco Fator para assessorar a Caixa nesta operação e da BDO Consultores para emitir uma segunda opinião sobre a diligência contábil realizada pela auditoria independente KPMG – contratada pelo Fator – foi ressaltada por Maria Fernanda Coelho como uma demonstração de “cuidado e zelo” no processo. Tanto que, acrescentou, após a eclosão do escândalo nas contas do Panamericano, a Caixa decidiu interpelar extrajudicialmente o Banco Fator para explicar as “inconsistências contábeis” recorrentes nos balanços do banco do Grupo Silvio Santos.

A presidente da Caixa avalia que a condição patrimonial do Panamericano está restabelecida, o que permitiria iniciar o plano de negócios montado para a parceria a partir de amanhã, com a oferta de crédito a pessoa física.

Nesta mesma data, será realizada a assembleia de acionistas que viabilizará a indicação de Maria Fernanda Coelho para a presidência do Conselho de Administração do Panamericano, onde também terão assento cinco técnicos da Caixa.

Maria Fernanda Coelho negou ter tomado conhecimento do desfalque no Panamericano antes do primeiro turno das eleições.

Senadores estranham resultados da auditoria

O principal alvo de questionamentos dos senadores na audiência pública foi o fato de as diligências contábeis que antecederam o negócio não terem identificado o rombo de R\$ 2,5 bilhões. Para o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a Caixa comprou “gato por lebre, porque operações fraudulentas já existiam e estavam inflando o patrimônio do banco”.

– Quem falhou? É preciso encontrar um responsável pelo

supervalor que a Caixa pagou ao Panamericano. A responsabilidade é grande, porque são milhões de reais e a Caixa é um banco público – afirmou Antonio Carlos Júnior.

Alvaro Dias (PSDB-PR) avaliou que a insolvência do Panamericano “tem origem em uma gestão temerária e fraudulenta”. Ele suspeita do envolvimento de aspectos políticos nessa compra.

– Como é possível comprar

um banco e só dois anos depois descobrir uma fraude de mais de R\$ 2 bilhões? É, no mínimo, um caso de negligência, omissão ou gestão temerária da coisa pública – sentenciou.

As considerações de Alvaro Dias foram endossadas pelo senador Alfredo Cotait (DEM-SP). O parlamentar também se mostrou surpreso com o tempo que a Caixa levou para tomar conhecimento do desfalque nas contas do Panamericano.

CMO analisa obras com indício de irregularidade

Reunião com técnicos do TCU e representantes do Dnit e da Valec prevista para hoje dá início às audiências públicas sobre 32 empreendimentos investigados pelo tribunal

REUNIÕES TÉCNICAS COM representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e de órgãos e empresas públicas, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), estão fornecendo subsídios para a decisão de senadores e deputados sobre as 32 obras com indícios de irregularidades graves apontadas pela Fiscobras, a força-tarefa do TCU responsável por uma série de auditorias.

Em tese, esses empreendimentos poderiam ficar sem dinheiro no Orçamento de 2011, mas, como explicou o coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), as reuniões têm ajudado a esclarecer dúvidas e resolver problemas apontados nas auditorias.

Com base nessas explicações e em audiências públicas que devem começar hoje, os parlamentares vão decidir o que fazer com as 32 obras listadas no relatório do TCU, entregue pelo presidente do tribunal, Ubiratan Aguiar, e pelo ministro-relator, Benjamin Zymler, ao presidente do Senado, José Sarney, no dia 9 de novembro.

Reuniões

Ontem pela manhã, a CMO se reuniu com técnicos da Eletro-norte para discutir indícios de irregularidades apontados pelo tribunal na estação retificadora Porto Velho, o linha entre Araraquara (SP) e a capital de Rondônia, em construção sob responsabilidade da estatal.

Comissão garante novos programas no Orçamento de 2011

Após acordo político entre governo e oposição, a CMO aprovou ontem uma errata ao relatório preliminar do PLN 38/10, que altera o Plano Plurianual (PPA) para o período 2008-2011.

A correção mantém a possibilidade de as bancadas e comissões temáticas do Congresso Nacional apresentarem emendas propondo novas ações ao Orçamento de 2011.

O relatório preliminar com emendas apresentado ao projeto é de autoria do deputado Colbert Martins (PMDB-BA) e

Os representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, são os primeiros a participar da série de audiências públicas programadas pela CMO. Eles devem ser ouvidos hoje juntamente com técnicos do TCU.

No dia 30, devem falar, às 10h, representantes da Secretaria Especial de Portos e do Ministério da Integração Nacional e, às 15h, da Infraero e do Ministério das Cidades. No dia 1º de dezembro, a audiência será com representantes do Ministério do Meio Ambiente. No dia 2 de dezembro, estão previstas duas reuniões: às 10h, com representantes da Petrobras; e às 15h, da Eletronorte.

LDO

A realização dessas audiências é prevista no artigo 98 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Nelas, os representantes dos órgãos e entidades envolvidos deverão expor as medidas sanadoras já tomadas e as razões pelas quais as obras sob sua responsabilidade não devam ser paralisadas.

A deliberação da CMO que resulte na continuidade da execução das obras e serviços com indícios de irregularidades graves ainda não sanados dependerá do exame das informações dos dirigentes e da avaliação dos prejuízos potenciais da paralisação para a administração pública e para a sociedade.



Gim Argello (D) disse aos representantes da Frente Parlamentar da Saúde que já ampliou verbas em R\$ 1 bilhão

Setor da saúde pressiona por mais R\$ 6 bilhões

O relator-geral do Orçamento de 2011, senador Gim Argello (PTB-DF), recebeu ontem integrantes da Frente Parlamentar da Saúde e de entidades ligadas ao setor. Eles solicitaram a destinação de mais R\$ 6 bilhões para a saúde no orçamento do próximo ano.

A proposta orçamentária original do governo destinou R\$ 74 bilhões à saúde, dos quais, segundo membros de entidades do setor, cerca de R\$ 10 bilhões não são aplicados em ações próprias de saúde, mas sim em outros gastos, como pagamento de aposentados ou de dívidas.

Gim Argello disse que, em

seu relatório preliminar, já aumentou em R\$ 1,05 bilhão os recursos do setor, e acrescentou que um novo esforço está sendo feito para que o Orçamento de 2011 seja reforçado com mais R\$ 1,67 bilhão, dos quais novo percentual será destinado à área. Além disso, informou o relator, após a reestimativa de receitas, poderão ser acrescentados mais R\$ 700 milhões ao orçamento da saúde.

– Nos últimos anos os investimentos federais na área de saúde vêm crescendo muito acima da inflação. Todas as pessoas que participaram da reunião hoje concordaram com

os gráficos que apresentamos demonstrando isso. Ou seja, estamos tendo, de 2007 para cá, um investimento real na saúde brasileira — disse o senador.

Salário mínimo

Gim disse ontem à Agência Senado que um valor superior a R\$ 540 para o salário mínimo em 1º de janeiro de 2011 depende de decisão da presidente eleita, Dilma Rousseff. Por isso, foi adiada a reunião das centrais sindicais com o relator e representantes do governo, prevista para a terça. As centrais sindicais reivindicam um valor de R\$ 580.

Paim celebra emenda de R\$ 10 milhões para Uergs



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem em Plenário a aprovação, pela bancada gaúcha no Congresso, de emenda de sua autoria no valor de R\$ 10 milhões. A mudança orçamentária beneficia a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

Segundo Paim, os recursos serão usados para capacitar o corpo docente do ensino de graduação e modernizar e ampliar as instalações físicas, possibilitando a abertura de um maior número de vagas. O dinheiro deverá ainda ser gasto na reforma dos ambientes existentes e na manutenção da universidade.

Ele previu novas e melhores condições de trabalho na Uergs com a eleição de Tarso Genro para o governo e de Beto Grill para vice, com o apoio da assembleia legislativa e da bancada gaúcha no Congresso.

Serys pede valorização das emendas de comissão



Serys Slhessarenko

Serys Slhessarenko (PT-MT) destacou ontem a importância das emendas apresentadas pelas comissões permanentes do Senado à Lei Orçamentária Anual de 2011. Na avaliação de Serys, tais emendas têm maior abrangência por serem temáticas e atenderem a quase todos os estados.

– As emendas têm que ser valorizadas. Uma vez aprovadas na comissão, que sejam carinhosamente tratadas pela CMO e se possa, no futuro, liberá-las para todos os estados no Brasil – pediu.

Serys lembrou que, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentou emendas em favor da assistência jurídica da Defensoria Pública e outra para o Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal.

CRE DESTINA R\$ 4 BILHÕES PARA A DEFESA

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pretende destinar R\$ 4 bilhões do Orçamento para que o Ministério da Defesa implemente a Estratégia Nacional de Defesa. Ela reorganiza as Forças Armadas, reestrutura a indústria brasileira de material de defesa e melhora a política de composição dos efetivos das Forças Armadas. Essa foi a principal emenda da CRE ao Orçamento da União para 2011. Também foram aprovadas ontem emendas destinando R\$ 100 milhões a operações de assistência especial no exterior, R\$ 872,4 milhões à modernização operacional do Exército e R\$ 50 milhões a programas de alimentação militar. O relator das emendas foi o senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

EMENDAS DA CCJ SOMAM R\$ 462 MILHÕES

As emendas ao Orçamento de 2011 aprovadas ontem pela CCJ somam R\$ 462 milhões e são direcionadas ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), à Defensoria Pública da União (DPU) e ao Ministério Público Federal (MPF). As emendas seguem para exame da CMO. O relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), informou que a aprovação dessas emendas atende sugestões de dez dos 12 membros da CCJ, o que significa uma participação de 83% dos senadores no processo de emendas ao Orçamento. Ele afirmou que foram contempladas as necessidades de quatro dos sete órgãos sugeridos nas propostas dos parlamentares. Na CCJ, foram apresentadas 44 emendas, que totalizavam R\$ 7,344 bilhões.

INCLUSÃO DIGITAL DOMINA ESCOLHAS DA CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou três emendas ao Orçamento de 2011, que somaram R\$ 650 milhões. Uma delas destina R\$ 400 milhões para ampliar o acesso dos brasileiros a tecnologia. Segundo o relatório do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), das 42 emendas apresentadas na comissão, dez solicitavam recursos para a inclusão digital. A segunda das três emendas aprovadas destina R\$ 30 milhões para reforçar o orçamento do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Azeredo informou que 14 emendas solicitavam recursos para o Proantar. A última emenda aprovada, de R\$ 220 milhões, é destinada a pesquisa e desenvolvimento em áreas básicas e estratégicas.

Aprovadas verbas para enchentes e combate ao crack

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 498/10, que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 1,97 bilhão para repasse à Presidência da República e a diversos ministérios.

Parte do montante liberado – R\$ 328,36 milhões – destina-se ao desenvolvimento de ações voltadas para o enfrentamento ao crack e outras drogas, prevenção do uso, tratamento e reinserção dos usuários.

A MP também libera créditos a diversos ministérios para ações de socorro aos milhares de desabrigados em Alagoas e em Pernambuco, atingidos em junho por fortes chuvas e inundações.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou que, por atender aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, a MP 498/10 tinha o apoio da oposição.

Empréstimo de US\$ 7 mi ao Rio Grande do Norte

Projeto que autoriza o Rio Grande do Norte a contrair empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 7 milhões, para financiar parte do Projeto de Integração da Modernização da Administração Fiscal e Financeira do estado (Profisco) foi aprovado pelo Plenário ontem.

O programa quer aumentar a receita e a eficiência do controle do gasto público. O orçamento total do projeto é de US\$ 8,35 milhões, sendo US\$ 1,35 milhão pelo próprio estado. O governo federal é garantidor da operação.

O empréstimo, entretanto, só será contratado se o Rio Grande do Norte atender a determinadas exigências, conforme sugestões da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Falta de acordo impede sessão do Congresso

Por falta de acordo entre as lideranças partidárias, foi encerrada sem deliberação a sessão em que o Congresso votaria ontem 21 projetos de créditos adicionais. Nova sessão foi marcada para hoje, ao meio-dia. O PSDB e o DEM conduziram a obstrução, argumentando com o presidente da Mesa, deputado Inocêncio Oliveira, que era evidente a falta de quórum para deliberação.

A bancada do governo ainda tentou votar o primeiro dos projetos (PLN 39/10, para o Ministério do Meio Ambiente), mas, após ler o Regimento Interno do Congresso, que exige a presença de 257 deputados e 41 senadores para deliberação, o deputado Inocêncio Oliveira encerrou a sessão.



Fotos de Geraldo Magela/Senado Federal

Uma das medidas aprovadas pelos senadores concede isenção fiscal para construção, ampliação ou modernização de estádios em cidades-sede dos jogos

Estados liberados para financiar obras para Copa do Mundo e Olimpíadas

Plenário aprova duas medidas provisórias que permitem a estados e municípios aumentar suas dívidas para investir nas obras necessárias à Copa das Confederações de 2013, à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016

O PLENÁRIO APROVOU ontem duas medidas provisórias que criam isenções fiscais e permitem aumento do endividamento de estados e municípios visando investimentos para a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. As MPs 496/10 e 497/10 foram modificadas pelos deputados e transformadas em projetos de lei de conversão (PLVs 11/10 e 12/10). Marcelo Crivella (PRB-RJ) foi o relator do PLV 11/10, enquanto o PLV 12/10 foi relatado por Francisco Dornelles (PP-RJ).

O fato de os projetos também incluírem outros assuntos motivou críticas do líder em exercício do PSDB, Alvaro Dias (PR). Ele lamentou que os projetos tenham sido votados no Senado seis dias antes de perder sua eficácia.

– Não podemos transformar a casa revisora em casa de chancela, homologadora. Nós existimos exatamente para aprimorar as propostas – observou o parlamentar.

Alvaro Dias ainda contradisse

o relator do PLV 12/10, afirmando que, ao contrário do que garantiu Dornelles, o PLV contraria, sim, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao conceder as isenções.

Mário Couto (PSDB-PA) também protestou. Para ele, a medida provisória desmoraliza o Poder Legislativo, uma vez que os recursos por ela tratados já foram destinados e gastos.

A MP 496/10 possibilita que municípios-sede da Copa do Mundo tomem novos empréstimos, mesmo se a sua dívida total estiver acima da receita líquida real. Pela MP, os novos financiamentos seriam destinados somente a obras relacionadas ao campeonato mundial de futebol.

O Senado aprovou a emenda acrescentada pelo relator da medida na Câmara, Carlos Abicalil (PT-MT), que permite aos

municípios que sediarão partidas da Copa realizarem também empréstimos destinados às obras de saneamento básico e de transporte urbano. Atualmente, os municípios que têm dívida superior à receita líquida real somente podem contrair novos empréstimos para financiar programas de modernização da

máquina pública, projetos internacionais bem avaliados ou programas de iluminação.

Além disso, o projeto autoriza a União a constituir aforamento em favor dos adquirentes originários, ou seus sucessores, de imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.; e a transferir para a Companhia Docas do Rio de Janeiro os terrenos de marinha hoje sob domínio da União.

Já a MP 497/10 concede isenção fiscal para a construção, ampliação ou modernização de

estádios nas cidades que receberão os jogos. Essas obras serão incluídas no regime tributário especial chamado Recopa, que dá isenção dos tributos cobrados sobre materiais e serviços para empresas com projetos aprovados até 31 de dezembro de 2012 pelo Ministério do Esporte.

O Senado também aprovou a emenda da Câmara que estende os benefícios do Recopa aos estádios que serão usados em treinos das seleções participantes das copas. Outra emenda permite que o PIS-Pasep e a Cofins sejam cobrados na saída do couro dos frigoríficos.

O Senado também aprovou emenda do relator da proposta na Câmara dos Deputados, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que obriga o governo federal a encaminhar ao Congresso e publicar, até 1º de agosto de 2016, uma prestação de contas da renúncia fiscal. Esse relatório deverá ter, entre outras informações, o valor total da renúncia, o aumento de arrecadação e os empregos gerados.

Para a oposição, medidas provisórias contrariam Lei de Responsabilidade Fiscal

Mário Couto teme desvio de verbas na realização do Mundial

O senador Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que o governo federal usa de “dois pesos e duas medidas” para liberação de recursos: para ele, enquanto o reajuste dos aposentados, de 7,7%, saiu com grande dificuldade, o dinheiro para a Copa do Mundo de 2014 é liberado facilmente.

Ele mencionou a notícia de que Ricardo Teixeira, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), gerenciará recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão para atender às obras necessárias à organização da Copa de 2014, por ser um dos sócios do Comitê Organizador Local.

– Todo dinheiro que entrar ali é do Ricardo Teixeira. E ele é muito sabido. É por isso que não tem dinheiro para pagar os aposentados nesse país. Presidente

Lula, o ministério [do Esporte] tem corrupção e põe o Ricardo Teixeira para administrar. Já entrou nos cofres mais de 1 bilhão – denunciou, ao acusar o presidente da CBF de “ladrão”.

Já o senador Magno Malta (PR-ES) apoiou requerimento pedindo a criação de uma comissão para acompanhar as possíveis irregularidades no comitê organizador da Copa de 2014.

Magno Malta também foi veementemente ao criticar a CBF.

– Temos que prestar atenção. É uma Copa do Mundo. É o nosso país. Que se constitua essa comissão para que não tenhamos, depois, vexames, e tenhamos que instalar CPIs para fazer investigações após a Copa.

Mário Couto citou também notícias mostrando irregularidades no Dnit para sustentar



Mário Couto aponta corrupção envolvendo presidente da CBF

sua tese de que, no Senado, mesmo tendo à disposição o instrumento das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), o governo, por ter maioria nas duas Casas, consegue fazer com que os relatórios finais daquelas que conseguem ir até o fim das apurações sejam favoráveis ao governo e não condenem os responsáveis por irregularidades e corrupção.

Diretora da CVM confirmada por ampla maioria

Por 40 votos a favor e 5 contra, o Plenário do Senado aprovou ontem a indicação da advogada Luciana Pires Dias para ocupar um dos quatro cargos de diretor na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ela sucederá ao também advogado Marcos Barbosa Pinto.

O nome de Luciana Pires Dias tinha sido aprovado na terça-feira, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), após sabatina. A advogada é, desde 2007, superintendente de Mercado da CVM.

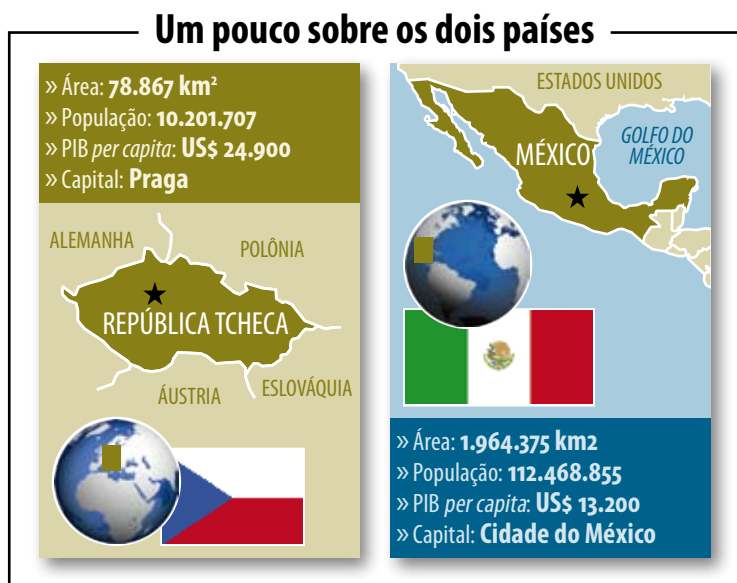
Diplomatas sabatinados ontem na Comissão de Relações Exteriores anunciam que prioridade será ampliar as relações comerciais do Brasil com os países

Novos embaixadores para Cidade do México e Praga

AS NEGOCIAÇÕES PARA o estabelecimento de um Acordo Estratégico de Integração Econômica (AEIE) com o Brasil, que tiveram início há um mês, serão prioridade do embaixador designado para o México, ministro de primeira classe Marcos Leal Raposo Lopes, cuja indicação recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

À comissão, o embaixador disse que existe hoje, no México, um desconhecimento da economia brasileira, que tem motivado argumentos segundo os quais o Brasil ainda seria protecionista e a sua agricultura, muito subsidiada.

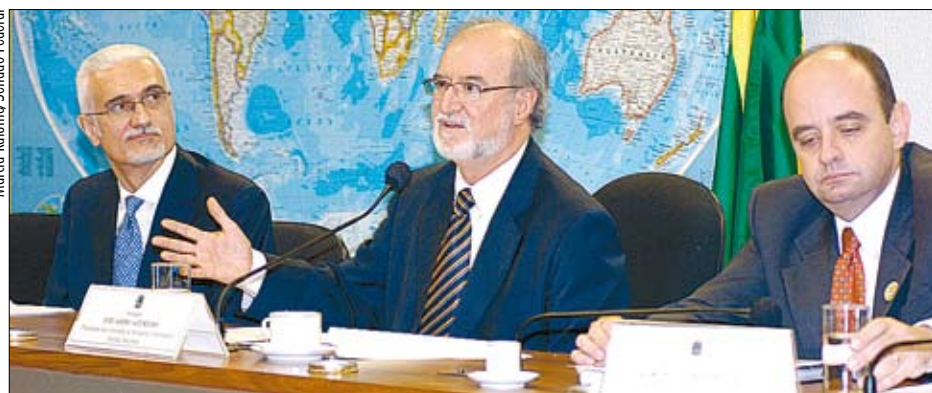
– Pretendo combater a ideia de que o acordo não seria bom para o México e mostrar que ele pode ajudar o país a reduzir a sua dependência histórica com relação aos Estados Unidos – disse Lopes, cuja indicação foi relatada por Aloizio Mercadante (PT-SP).



Fonte: CIA World Factbook

A comissão também aprovou o nome do ministro de primeira classe George Monteiro Prata para embaixador na República Tcheca. O relator foi o senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Prata afirmou que o diálogo

bilateral “está se estreitando”, mas reconheceu que as exportações brasileiras ainda são “relativamente modestas”. Em sua opinião, existe um “imenso potencial” para o crescimento da relação comercial bilateral.



Senador Eduardo Azeredo, entre os embaixadores indicados George Monteiro Prata (E) e Marcos Leal Raposo Lopes

Homossexuais pedem criminalização da homofobia

A recente agressão a três rapazes na cidade de São Paulo – supostamente num ato de homofobia – reforçou os apelos para que o Senado aprove o projeto de lei que, entre outras medidas, transforma em crime a discriminação contra homossexuais. Já aprovado na Câmara, o projeto tramita no Senado (PLC 122/06).

– O Legislativo não pode se omitir neste momento – disse ontem Beto de Jesus, secretário da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) para a região Sudeste, que participou de audiência pública sobre “bullying homofóbico” nas escolas.

O debate foi promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE) e solicitado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), relatora do projeto.

Ao comentar o caso ocorrido

em São Paulo (registrado em vídeos), Beto de Jesus lembrou que os “agressores são jovens de classe média alta que frequentam escolas particulares”. Dos cinco agressores, quatro são menores de idade.

– Criminalizar a homofobia aqui no Senado significa coibir esse tipo de violência – insistiu.

O recém-eleito deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que se tornou conhecido após participar do programa de televisão *Big Brother Brasil*, da Rede Globo, também defendeu o projeto. Ele argumentou que, além da criminalização da homofobia, “a proposta também tem função pedagógica, por causa das discussões que provoca, inclusive no ambiente escolar”.

– As pessoas podem aprender, dessa forma, que viver num ambiente democrático implica respeitar os direitos alheios – declarou.



Cristina Gallio/Senado Federal

Beto de Jesus diz que é preciso combater violência contra homossexuais

Plenário ratifica indicações de seis diplomatas

O Plenário confirmou ontem seis indicações para embaixadores – que já haviam sido ratificadas pela CRE – em Benin e Togo (ambos países da costa ocidental africana), Belize e Bahamas (integrantes da Comunidade do Caribe - Caricom) e México e República Tcheca.

Arnaldo Caiche D’Oliveira (Benin) obteve no Plenário 41 votos

favoráveis e cinco contrários. O embaixador do Togo, Américo Mourão Bogéa Filho, teve 41 votos a favor, cinco contrários e uma abstenção.

A indicação de Tomás Maurício Guggenheim para Belize teve o placar de 40 a quatro, enquanto o diplomata Ronaldo de Campos Veras, designado para as Bahamas, recebeu 45 votos

favoráveis e quatro contrários, além de uma abstenção.

Os dois indicados sabatinados ontem pela CRE foram os últimos a serem votados no Plenário: o embaixador no México Marcos Leal Raposo Lopes (42 a quatro) e o representante na República Tcheca, George Monteiro Prata, com 43 votos favoráveis e três contrários.

A CRE aprovou ontem voto de solidariedade ao embaixador em Buenos Aires, Enio Cordeiro, que teria sido tratado de forma “agressiva” pelo secretário de Comércio Interior argentino, Guillermo Moreno, segundo informações divulgadas pela imprensa. O requerimento do voto de solidariedade foi apresentado pelo presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que anexou informações relativas a uma suposta ameaça do governo da Argentina de impor novas medidas protecionistas contra o Brasil.

A partir de 2011, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverá ser composta por 37 integrantes, dos quais 27 deputados e dez senadores, segundo anteprojeto de resolução do Congresso Nacional aprovado ontem pela representação. O texto deverá ser enviado às Mesas da Câmara e do Senado, para que possa ser colocado em votação na próxima sessão do Congresso. Os 37 parlamentares, a serem designados em fevereiro de 2011, substituirão os 18 atuais integrantes da representação.

Especialistas e ativistas querem conscientização nas escolas

A fim de combater o “bullying homofóbico” (perseguição contra homossexuais nas escolas), Célio da Cunha, consultor da Unesco, propôs a inclusão do assunto no projeto pedagógico desses estabelecimentos. Uma das medidas seria a fixação de metas para a erradicação de qualquer forma de discriminação e violência nas escolas.

O diretor da organização não governamental Pathfinder do Brasil, Carlos Laudari, defendeu ações para conscientizar alunos, professores e diretores de escolas sobre a discriminação e a violência contra homossexuais. A Pathfinder foi uma das entidades que promoveu o projeto Escola sem Homofobia. Carlos

Laudari ressaltou que um dos problemas é o despreparo dos professores – que em certos casos seriam, eles próprios, os praticantes do bullying.

Ao reiterar a necessidade de conscientização, Beto de Jesus, secretário da ABGLT, lembrou os resultados de uma pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em 500 escolas no ano passado, em que 26,6% dos alunos entrevistados concordaram com a afirmação “Eu não aceito a homossexualidade” e 25,2% concordaram com “Pessoas homossexuais não são confiáveis”.

– Nós estamos em 2010. E essa é a fotografia da escola – protestou.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente: José Sarney
- 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
- 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
- 1º Secretário: Heráclito Fortes
- 2º Secretário: João Vicente Claudino
- 3º Secretário: Mão Santa
- 4º Secretário: Patrícia Saboya
- Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Acir Gurgacz • Antonio Carlos Júnior • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Benefício a famílias com portadores de câncer, Aids e doença crônica foi um entre outros aprovados ontem pela Comissão de Direitos Humanos

Recursos de loterias destinados ao Projovem

Projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL) que destina 2% da arrecadação bruta dos concursos, sorteios e loterias administrados pela Caixa Econômica Federal ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) foi aprovado na CDH. Segundo o autor, o aumento sugerido no PLS 570/09 poderá elevar em até 10% – cerca de R\$ 120 milhões – o orçamento do Projovem, estimado em R\$ 1,57 bilhão para 2010. Renan lembra que as loterias financiam vários programas sociais.

Conselheiros tutelares devem ter ensino médio

Os candidatos a integrar os conselhos tutelares podem ser obrigados a ter ao menos o ensino médio. É o que estabelece o PLS 479/09, do senador Valter Pereira (PMDB-MS), aprovado ontem pela CDH com emenda do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), que concordou com o argumento de que o conselheiro precisa ter um bom nível educacional.

– É desejável um nível educacional que facilite o exercício das atividades dos conselhos – admitiu.

Projeto proíbe bisfenol-A em mamadeiras

Mamadeiras e chupetas que contenham a substância química bisfenol-A não poderão ser vendidas nem oferecidas gratuitamente. A preocupação do PLS 159/10, do senador Gim Argello (PTB-DF), aprovado ontem pela CDH, é evitar possíveis riscos à saúde das crianças. Segundo Gim, estudos demonstram potencial cancerígeno da substância, além de prejudicar o desenvolvimento físico, neurológico e comportamental de crianças por exercer atividade similar à de um hormônio.

Corretores de imóveis podem ter isenção de IPI

Os filiados aos conselhos regionais de Corretores de Imóveis (Crecis) que destinem seus veículos ao exercício da profissão poderão ter isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis. É o que estabelece projeto (PLS 197/10) aprovado pela CDH que vai a decisão terminativa na CAE.

O texto foi apresentado pelo senador Romeu Tuma (1931-2010) e contou com o voto favorável do relator, Gerson Camata (PMDB-ES).



Comemoração pela aprovação do projeto de lei que prevê a mudança do prenome no registro civil

Bolsa Família pode ampliar benefício a doentes crônicos

FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO programa Bolsa Família que tenham entre seus membros pessoa com câncer, Aids ou qualquer outra doença crônica poderão receber complementação de R\$ 60. O benefício está previsto em texto do senador Flávio Arns (PSDB-PR) a projeto (PLS 407/09) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Apresentado pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a proposta original alterava a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93) para assegurar benefício, no valor de um salário mínimo, a mãe, pai ou

responsável legal por criança ou adolescente em tratamento de neoplasia maligna ou Aids.

A senadora argumenta que esse grupo especial de pacientes é mais vulnerável às carências dos serviços públicos de saúde.

O benefício proposto, segundo a senadora, poderia auxiliar os familiares desses pacientes, os quais, muitas vezes, são obrigados a adquirir, com recursos próprios, os medicamentos e outros produtos médico-hospitalares não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Mesmo concordando com o mérito da proposta original, Flávio Arns optou por apresentar texto alternativo, modificando

a lei que instituiu o programa Bolsa Família (Lei 10.836/09). Para ele, não se aplicaria auxílio financeiro do Estado a famílias com poder aquisitivo capaz de suprir necessidades dessa natureza. Para esses casos, o senador considera que o melhor apoio seria não a transferência direta de recursos, mas a concessão de isenções fiscais, o que já existe para essas doenças na legislação que disciplina o Imposto de Renda.

Diante disso, o relator restringiu o benefício a famílias carentes beneficiárias do programa Bolsa Família em que haja pessoa acometida por câncer, Aids ou doença crônica.

Projeto reduz exigência para cegos em cartórios

Ao atender pessoa cega ou com visão subnormal, os cartórios só poderão fazer duas exigências: a apresentação de cédula de identidade do interessado e a assinatura dele e de duas testemunhas qualificadas. É o que determina proposta aprovada ontem pela CDH e enviada à CCJ para decisão terminativa.

Relator do PLC 116/09, o senador Flávio Arns (PSDB-PR) disse que o projeto materializa o princípio da igualdade, servindo para desqualificar o preconceito e a discriminação que ameaçam direitos e liberdades fundamentais. Arns lembra que 2,5 milhões de brasileiros têm sérias deficiências visuais, muitos dos quais sofrem discriminação quando buscam atendimento.

Adaptação maior dos aeroportos aos deficientes

Aeroportos que não disponham de pontes de embarque e desembarque deverão oferecer meios adequados para entrada e saída, nas aeronaves, de pessoas com deficiência ou com mobilidade de locomoção reduzida, determina projeto aprovado ontem pela CDH.

O autor do PLS 537/09, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), explica que, embora já existam normas sobre acesso de passageiros que necessitam de assistência especial, a realidade dos aeroportos brasileiros ainda está longe do cumprimento dessas determinações.

Azeredo diz ser comum, em aeroportos não dotados de pontes de embarque (*fingers*), que pessoas sejam carregadas por empregados das empresas aéreas para dentro das aeronaves.

Deficiente auditivo paga menos por envio de SMS

A CDH aprovou ontem projeto que obriga operadoras de celular a oferecer a portadores de deficiência auditiva ou da fala planos com tarifas reduzidas para mensagens de texto.

Ao apresentar o PLS 238/08, o senador Flávio Arns (PSDB-PR) afirma que o serviço das operadoras de telefonia deve ser efetivamente acessível ao segmento mais pobre da população, com planos específicos, de baixo custo, a fim de reduzir as dificuldades que ainda restringem o acesso da pessoa com deficiência auditiva ou da fala. Relatado por Cícero Lucena (PSDB-PB), o projeto segue para exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para decisão terminativa.

Abono natalino para idoso e deficiente passa na CDH

Idosos e pessoas com deficiência que, sem condições pessoais e familiares de se manter, recebem o benefício da prestação continuada – pago pela Previdência – poderão contar com um abono natalino, prevê projeto aprovado ontem pela CDH. Com voto favorável do senador Paulo Paim (PT-RS), o texto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa.

O autor, senador Mão Santa (PSC-PI), lembra que “diferentemente dos trabalhadores, que atravessam essa época do ano com alguma tranquilidade, devido à conquista da gratificação natalina, os beneficiários da assistência social vivem, então, seu pior momento, diante do acúmulo de dívidas e ansiedade”.

Comissão aprova mudança de nome por transexuais

Os transexuais poderão ter o direito de alterar o registro de nascimento para incluir seu nome social na certidão. É o que determina projeto de lei da Câmara (PLC 72/07) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto altera a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73). A proposta será analisada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A votação foi comemorada por representantes de entidades de defesa dos direitos dos homossexuais presentes à reunião. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) se dirigiu a eles e pediu “desculpas pela demora na aprovação do projeto”.

Atualmente, a lei de registros só permite a mudança do primeiro nome no caso de o cidadão ser conhecido por apelido público notório ou sofrer coação ou ameaça ao colaborar com a investigação de um crime. A nova hipótese trazida pelo PLC 72/07 pretende adequar o registro contido na certidão de nascimento à realidade psicossocial do indivíduo transexual. Embora se exija laudo de avaliação médica atestando essa condição, a mudança do nome seria admitida mesmo sem o interessado ter feito cirurgia para mudança de sexo. Como nos outros casos, a mudança do nome dependeria de sentença judicial.

A relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), recomendou a aprovação do PLC 72/07. A determinação de averbação, no livro de registro de nascimento, da sentença judicial para substituição do prenome, informando expressamente que se trata de pessoa transexual, foi um dos pontos que considerou positivo.

Para a senadora, essa medida visa resguardar interesses de terceiros eventualmente impactados por essa mudança no registro civil. Um exemplo seria uma pessoa com a qual o transexual quisesse, no futuro, se casar.

Maioria das alterações está sendo votada de novo pelo Senado, que já havia aprovado em 2009 as modernizações, retiradas do texto da lei pela Câmara

CCT aprova projeto com novas regras eleitorais

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem diversas mudanças na legislação eleitoral, muitas das quais já haviam sido acatadas pelo Senado em 2009 mas que depois foram rejeitadas pela Câmara, no que ficou conhecido como minirreforma eleitoral.

Entre as mudanças propostas pelo PLS 93/10, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), os partidos políticos passam a ser autorizados a organizar prévias entre pré-candidatos inscritos, com a realização de debates públicos, que poderão ser transmitidos pelos meios de comunicação, inclusive pela internet.

Em relação à substituição dos candidatos, o projeto determina

que, nas eleições majoritárias, o pedido seja apresentado até 15 dias antes do pleito, em caso de renúncia ou de inelegibilidade, ou de indeferimento de registro. Mas em caso de falecimento do candidato, o pedido poderá ser feito até a véspera da eleição.

O regime de doações pela internet é alterado para incorporar sistemas como cartão de débito, boleto ou transferência bancária, autorização de débito em fatura de serviço de telefonia e outros meios eletrônicos de pagamento, que deverão ser informados no site do candidato. Atualmente, é possível fazer doação por cartão de crédito.

A proposta limita a proibição de doação a partidos políticos ou candidatos por entidades esportivas apenas àquelas "que

recebam recursos públicos". Hoje, todas são proibidas de doar. Segundo Azeredo, não é justo que as entidades esportivas que não recebem recursos públicos sejam proibidas de contribuir para partidos e candidatos que lhes sejam próximos politicamente.

Pelas regras aprovadas pela CCT, a pintura de muros e paredes externas de bens particulares fica proibida, mas será permitida a fixação de faixas e cartazes não colantes menores que quatro metros quadrados nas paredes dos imóveis. A proposta possibilita o direito do voto aos militares das Forças Armadas e aos integrantes dos órgãos de segurança pública e das guardas municipais que estiverem trabalhando no dia das eleições.



Eduardo Azeredo (na bancada, ao centro) defende a aprovação do seu projeto e lembra que muitas das medidas já poderiam ter sido implementadas nas eleições de outubro passado

Projeto muda definição de propaganda antecipada

A proposta aprovada pela CCT modifica a legislação eleitoral e muda o entendimento sobre propaganda política antecipada. Pelo projeto, a participação de filiados a partidos políticos ou pré-candidatos em encontros, reuniões ou eventos festivos e comemorativos, desde que não façam pedido de voto ou de apoio eleitoral, não será mais considerada propaganda ilegal.

Além disso, caso haja manifestações espontâneas de terceiros pedindo voto ou apoio eleitoral, o filiado ou pré-candidato não poderá ser responsabilizado.

Se for aprovado pela CCJ e, mais tarde, pela Câmara, o PLS 93/10 será transformado numa lei que permitirá, nos comícios eleitorais, a exibição de vídeos de trabalhos, propostas e discursos dos candidatos a cargos para o Executivo e o Legislativo em telões.

Campanha pode incluir debates pela internet

A proposta votada ontem traz novas regras para a campanha política por meio da internet – um meio que se revelou muito importante na definição das eleições de 2010. O PLS 93/10 permite os debates pela rede mundial de computadores nos moldes do que já existe no rádio e na televisão. Deve ser assegurada a participação de dois terços dos candidatos às eleições majoritárias, e garantida a participação do candidato do partido que tenha, pelo menos, dez deputados federais.

Propõe-se também, pelo projeto, derrubar a exigência de hospedagem do site de candidato ou coligação em provedor brasileiro. Pela lei em vigor, o endereço eletrônico deve ser comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no país.

Dornelles solidariza-se com Cabral

Francisco Dornelles (PP-RJ) manifestou "solidariedade integral" ao governador do Rio de Janeiro, o ex-senador Sérgio Cabral, nas ações de combate à criminalidade no estado.

– O governador vai continuar na sua política de combater a droga, o tráfico, a desordem. Vai conti-



Francisco Dornelles

nuar a sua política de ocupar comunidades com paz, segurança, levando educação, saúde, levando a ordem jurídica a grupos e a comunidades que estão ocupadas pelo tráfico – afirmou.

O senador também agradeceu ao presidente Lula o apoio que tem dado ao estado.

Mozarildo repudia "federalização" de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou contra o que considera a federalização de seu estado: a criação ou ampliação de mais unidades de conservação.

Atualmente, 63% da área de Roraima destinam-se a áreas de preservação ou reservas indígenas, como a Raposa Serra do Sol, demarcada recentemente. Agora, informou, o Ministério do Meio Ambiente pretende ampliar o Parque Nacional do Viruá e a Estação Ecológica de Maracá.

– A sanha de federalizar as terras de Roraima não acabou – afirmou.



Mozarildo Cavalcanti

Kátia Abreu apoia relatório de Aldo Rebelo

Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu o relatório do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao projeto que modifica o Código Florestal brasileiro, já aprovado em comissão da Câmara. A senadora contestou críticas que condenam a dispensa de reserva legal para propriedades de até quatro módulos fiscais.

– Aqueles que possuem reserva legal, quando o relatório for aprovado, não poderão desmatá-la. A reserva deverá permanecer intacta – afirmou, completando que é absurda a informação segundo a qual o desmatamento deverá aumentar no país em cerca de 92 milhões de hectares.



Kátia Abreu

Gilvam: Capiberibe mente e coage testemunhas

Gilvam Borges (PMDB-AP) acusou ontem o senador eleito pelo PSB do Amapá, João Capiberibe, de mentir sobre suposta compra de votos e corrupção de testemunhas que levou ao seu enquadramento e de sua esposa, Janete Capiberibe, na Lei da Ficha Limpa.

– O PSB mobiliza sua tropa de choque disseminando as inverdades pregadas por Capiberibe. Mas os deslindes e os artifícios utilizados na forma espúria de vencer uma eleição estão provados nos autos do processo que a qualquer custo teimam em querer destruir diante da iminente aplicação da Lei da Ficha Limpa.



Gilvam Borges

José Agripino comemora "tripla vitória"

José Agripino (DEM-RN) comemorou ontem uma tripla vitória: a sua própria reeleição para o Senado, a conquista do governo estadual pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e a volta de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

O parlamentar relatou que a campanha foi difícil e atribuiu as principais dificuldades à participação excessiva do governo federal.

– Eu defendo e vou propor, humildemente, modestamente, ao PSDB, ao PPS, aos partidos que queiram exercer a oposição, a elaboração de uma agenda de compromissos com a nação – anunciou o senador.



José Agripino

Venda virtual deve oferecer atendimento pessoal

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) poderá garantir atendimento pessoal ao comprador de produtos e serviços, ainda que o negócio tenha sido celebrado por outro meio – eletrônico ou telefônico, por exemplo.

Essa é uma das alterações que constam de substitutivo (PLS 114/05) aprovado ontem pela CCT. O relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), analisou em seu voto cinco projetos de lei

de alteração do CDC.

O texto permite que o contrato seja rescindido por qualquer meio, inclusive eletrônico, pessoal, carta registrada ou fax. Outra inovação seria a obrigação de a empresa oferecer atendimento personalizado já no menu principal da ligação telefônica.

Numa ligação para central telefônica, o consumidor terá acesso imediato ao atendimento personalizado, o que deverá

ocorrer em, no máximo, três minutos. Outra opção será o agendamento para atendimento personalizado, em até 24 horas, e a indicação expressa do nome do atendente e do número de registro ou do protocolo de atendimento.

Em caso de pedido de cancelamento do contrato, ele deverá ser cumprido em até dois dias úteis. Além disso, o prazo para resposta às solicitações do consumidor é de 48 horas.

Jefferson exalta criação de ministério

A criação do Ministério do Trabalho, ao lado da Consolidação das Leis do Trabalho, é importante legado de Getúlio Vargas, observou Jefferson Praia (PDT-AM).

– Ambas as instituições assinalam o compromisso histórico do Estado com o passado, o pre-



Jefferson Praia

sente e o futuro da classe trabalhadora do Brasil.

Para Jefferson, o ministério completa 80 anos num momento positivo, em que foram gerados milhões de empregos e foi atingida a marca de 41,2 milhões de carteiras assinadas.